# AGROPECUÁRIA SERGIPANA

**DESAFIOS E DIRETRIZES PARA O FUTURO** 



SERGIPE - 2018



## SUMÁRIO

Apresentação	. 04
Contextualização	. 06
Principais diretrizes para alavancar o agro	80
01-A Secretaria da Agricultura – Seagri	. 10
02-Assistência Técnica, Tecnologia, Inovação e Pesquisa	. 12
03-Infraestrutura e Logística	. 14
04-Atração de Novas Agroindústrias e Empresas Integradoras	. 16
05-Capacitação Profissional	. 18
06-Semiárido	
07-Segurança Pública	. 22
08-Legislação Ambiental	. 24
09-Agricultura Familiar	. 26
10-Fomento ao Crescimento da Agropecuária e Governança	. 28
O que esperamos do próximo governo (2019-2022)	. 32

# APRESENTAÇÃO

As eleições para o governo de Sergipe são a oportunidade que a sociedade tem para ampliar as discussões e debater soluções e alternativas para os problemas que mais afligem a nossa população. Discutir o Estado e propor uma agenda positiva para o desenvolvimento econômico, social e a efetiva melhoria da qualidade de vida dos sergipanos.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe - FAESE, em sua missão precípua de representar e defender a classe produtora rural e a atividade agropecuária como vetor do desenvolvimento do Estado, não poderia deixar de participar do debate democrático neste momento em que os problemas e as soluções estão sendo discutidas pelos candidatos que disputam o cargo de Governador.

Entendemos que essa tarefa não é papel somente dos partidos e candidatos mas, essencialmente, de toda a sociedade, principalmente dos setores organizados que contribuem para a construção e o fortalecimento do nosso Estado e do nosso País.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe, reconhecedora do importante papel que o setor rural desempenha na geografia econômica e social do nosso Estado, não poderia se ausentar da participação nesse debate e deixar de contribuir para que os candidatos ao governo possam, na construção de suas plataformas de governo, conhecer e encampar as principais angústias e também as soluções propostas para o setor que é um dos principais pilares do nosso desenvolvimento.

A presença histórica da agropecuária na construção e consolidação da força econômica de Sergipe não deve e nem pode ser desprezada. É no campo, mesmo sofrido pelas adversidades climáticas, que reside a fibra, a persistência e o acreditar do sertanejo. Essa força é o que move a produção de alimentos e a geração de riquezas.

Por entender a força do agronegócio como um dos vetores da nossa economia é que a FAESE se dirige aos candidatos ao Governo de Sergipe

para apresentar um panorama detalhado da situação atual da agropecuária, oferecendo também sugestões e as aspirações de todos os que compõem o setor. Esta é a forma de contribuir para a construção de uma agenda que fortaleça a nossa economia e aponte caminhos para uma convivência harmoniosa entre o setor e o poder público.

É com o propósito de contribuir para um debate mais aprofundando e construtivo que apresentamos este trabalho.

Este documento sintetiza a visão e as expectativas da classe produtora rural de Sergipe quanto ao atendimento dos principais clamores para as atividades que compõem o conjunto do agronegócio sergipano. E também, o desejo de ver implantados caminhos e alternativas que acreditamos serem os melhores e mais eficazes para a consolidação da atividade rural e a sua importante contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Sistema FAESE traz um conjunto de reflexões e sugestões sobre todas as atividades que integram o setor rural no Estado, fruto de pesquisa e estudo com os produtores rurais, associações, cooperativas e entidades do setor.

Aqui estão contidas ideias e sugestões concretas sobre pontos estratégicos relativos ao pleno desenvolvimento do agronegócio.

Entendemos ser essencial a manutenção da competitividade da agropecuária, permitindo, sobremaneira, a continuidade do seu ciclo de desenvolvimento e a consolidação da nossa atividade como vetor importante da economia sergipana.

Pretendemos, com este documento, expor aos candidatos ao Governo do Estado, o que o setor precisa para continuar a crescer e se fortalecer como alternativa econômica e, principalmente, seguir contribuindo para a construção de um Sergipe mais justo, equilibrado e melhor para a sua gente.



# CONTEXTUALIZAÇÃO

Como uma contribuição para as novas políticas e programas agropecuários do futuro governo de Sergipe, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe traz a público um conjunto de reflexões e críticas construtivas a respeito das principais necessidades, interesses e problemas que afetam os produtores rurais do nosso estado, bem como uma série de sugestões concretas sobre possíveis pontos estratégicos relativos ao agro.

Entre os vários temas importantes que são objetos deste trabalho, destacam-se: A Secretaria da Agricultura; a Assistência Técnica; Tecnologia; Inovação e Pesquisa; a Infraestrutura e Logística; Atração de Novas Agroindústrias e Empresas Integradoras; Capacitação Profissional; Semiárido; Segurança Pública; Legislação Ambiental; Agricultura Familiar e Fomento ao Crescimento da Agropecuária e Governança.

A iniciativa traz estratégias pautadas em uma parceria com o setor produtivo agropecuário, e pretende mostrar ao futuro dirigente de Sergipe, de forma abrangente, as verdadeiras aspirações do produtor rural.

O documento, que contém valiosos subsídios para enriquecer a visão de futuro e as decisões estratégicas do próximo governador, a ser eleito para o período 2019-2022, pretende expressar, com a maior clareza possível, o pensamento da nossa classe produtora sobre o momento presente e as condições atuais da nossa agropecuária.

Desejamos tornar o diálogo com o governo mais moderno, mais participativo, mais organizado e mais ativo politicamente. Nos últimos anos, alguns importantes programas desenvolvidos no estado de Sergipe foram frutos da colaboração direta do setor privado, muitas vezes por intermédio de empresas particulares, do Sistema FAESE/SENAR e tantas outras responsáveis por várias das melhores ideias inovadoras para a agricultura sergipana.

Como já é sobejamente conhecido, o Brasil vem passando por uma impressionante e auspiciosa revolução em sua agropecuária, que já lhe valeu a notável projeção mundial que tem hoje.

Como tem acontecido sistematicamente nas três últimas décadas, o Brasil bater recordes de produção ano após ano, com uma safra beirando 230 milhões de toneladas. Atualmente, o agronegócio brasileiro é responsável por 44% das nossas exportações (mais de cem bilhões de dólares em 2017). O PIB do agro aproxima-se de um trilhão e meio de dólares e representa, hoje, 21% do PIB do Brasil e 30% dos empregos, envolvendo de 25 a 30 milhões de pessoas. Importante salientar que esses empregos não se concentram nas grandes metrópoles.

As tendências para o futuro mostram-se, portanto, extremamente promissoras. Mas, como Sergipe pode se beneficiar e valer-se desse cenário favorável? O que estamos fazendo para criar uma sintonia com os novos tempos? Como modernizar a agricultura sergipana para aproveitar intensamente os mercados emergentes e, ao mesmo tempo, atender aos exigentes requisitos da sustentabilidade?

Infelizmente, de maneira geral, Sergipe tem negligenciado esse tesouro e ignorado o seu expressivo potencial desenvolvimentista. Lamentavelmente, estamos muito longe de aproveitar nosso imenso potencial agropecuário.

As exceções correm por conta de algumas "ilhas de excelência", que despontam como carros-chefes do setor, a exemplo da próspera agricultura empresarial na região Agreste e no distrito irrigado do Platô de Neópolis. As conquistas técnicas e gerenciais e a prosperidade dessas zonas especiais deveriam ser estendidas à maioria das áreas rurais de Sergipe, que continuam mergulhadas em processos produtivos retrógrados, sem acesso à maioria das ferramentas tecnológicas testadas e disponíveis. Apesar desse injustificável desleixo histórico em relação às suas riquezas, Sergipe chega a se destacar, em termos quantitativos, em vários segmentos, conforme mostra o quadro a seguir:

	0			
Cultura/ Produto	Produção	Posição NE	Área (ha)	Posição NE
Abacaxi	17.349	6°	695	7°
Açúcar	96.000	6°		
Amendoim	2	1°	1,1	4°
Arroz	35	3°	4,7	4°
Banana	22.739	9°	2078	8°
Batata doce	35.000	1°	3051	3°
Cana	1.719	7°	45,5	7°
Coco	230646 (unid)	3°	37134	3°
Etanol	70.144	7°		
Feijão	13	8°	15,2	9°
Laranja	489.156	2°	46675	2°
Leite	357 milhões	5°		
Limão	8.346	2°	955	3°
Mamão	4.572	7°	162	<b>7°</b>
Mandioca	295.515	3°	20845	7°
Manga	16.685	5°	914	6°
Maracuja	7.455	6°	809	5°
Mel	68 mil quilos	9°		
Milho	812	4°	172	5°
Ovos	23 milhões de duzias	7°		
Tangerina	10.364	2°	480	3°

Fonte: Conab/2018 e IBGE/2018

Mesmo com essas honrosas colocações, de um modo geral, a base produtiva sergipana ainda é bastante atrasada, pouco eficiente, de baixa produtividade e competitividade, e ainda apresenta um sério déficit em termos de tecnologia, gestão e assistência técnica.

Diante desse imenso ativo inexplorado e das fantásticas possibilidades de expansão futura, sintonizando-se com as demandas crescentes do mercado nacional e internacional cabe, inexoravelmente, uma pergunta: Existe, realmente, ou já existiu uma verdadeira política agrícola para Sergipe, estruturada estrategicamente? Infelizmente, analisando de perto, a resposta é não!

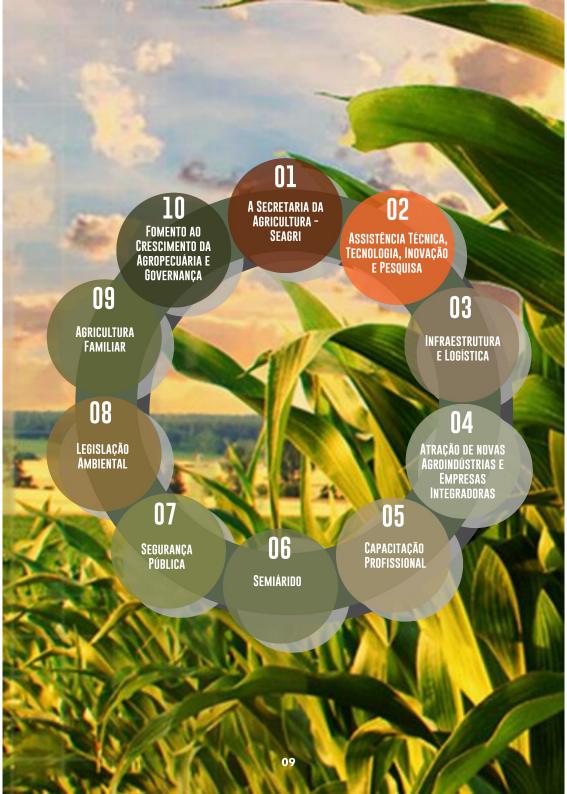
Ainda pior do que a situação atual é a total falta de perspectiva para o futuro. Diferentemente de outros estados que se movimentam vigorosa e agressivamente para atender ao crescimento do mercado, há décadas os governos de Sergipe vêm tratando a agricultura como um mero "setor primário" da nossa economia. Infelizmente, é forçoso reconhecer que, até aqui, a agropecuária sempre esteve relegada a uma posição de inferioridade dentro das chamadas "prioridades" governamentais.

Sergipe está perdendo, definitivamente, a corrida na direção de uma nova economia. O momento da virada é agora! Nosso estado precisa entrar em uma nova era de abundância, de transformações radicais, de mudança de paradigmas. Mas, para isso, o governo deve abandonar o improviso, o imediatismo, o curto prazo e as ações pontuais, para ingressar definitivamente no "mundo dos horizontes do médio e longo prazos", desenhando objetivos estratégicos mais amplos.

Seia qual for o próximo governador do nosso estado, este, deverá ter obrigatoriamente, não um projeto de governo, mas de Estado. Um projeto especial, de médio e longo prazos – entre 10 e 20 anos –, para que o nosso produtor possa ganhar segurança e confiança. Sem um projeto assim, acreditamos que nunca chegaremos a criar uma base produtiva estável, confiável e realmente sustentável. A iniciativa e a liderança desse amplo programa devem caber, evidentemente, ao governo de Sergipe, no entanto, uma ampla participação de todos os setores da sociedade, especialmente do setor produtivo, na sua construção será altamente positiva, pois poderá aportar o indispensável sentimento, o conhecimento, a experiência e as expectativas concretas dos produtores rurais.



Elencamos, a seguir, alguns dos principais temas transversais e cruciais levantados por pesquisas e entrevistas, que precisam ser atacados para provocar uma completa mudança de paradigmas, renovando inteiramente o estagnado quadro atual e gerando reais possibilidades de transformação da agropecuária de Sergipe:





Somente com a reestruturação da Seagri, transformando-a num instrumento moderno e eficiente é que seremos capazes de reverter o quadro de atraso de Sergipe. Precisamos de uma secretaria que consiga criar um estoque de bons projetos estruturantes e com alta capacidade de execução para fazer as coisas acontecerem. A Seagri, particularmente, encontra-se, a nosso ver, ainda mais fragilizada do que as outras secretarias. A sensação geral é a de que ela se transformou em uma secretaria voltada para servir e dar apoio às outras, muito mais do que para cumprir suas funções precípuas.

Daí o seu pequeno protagonismo nas grandes discussões sobre o desenvolvimento de Sergipe. Precisamos dotá-la de uma estrutura mais moderna, gerando políticas públicas arrojadas, adotando modelos de gestão eficiente, com métricas para avaliar continuamente seu desempenho, estratégias, prioridades, metas, objetivos, etc. Sem indicadores de avaliação de desempenho, torna-se difícil esperar um salto nos seus padrões atuais. Por essas razões, todos seus órgãos — Emdagro, Cohidro, Pronese — precisam sofrer aperfeiçoamentos para prestar, com eficiência, os serviços demandados pelos produtores. Ela necessita de uma injeção de energia, na medida da urgência que o mundo exige nos dias de hoje e de uma reciclagem geral que lhe devolva, sobretudo, a capacidade técnica e reforce seu poder de gerar impactos reais.

Sem negar a dimensão política que uma secretaria deve ter, o fato é que a Seagri, ao longo dos últimos anos, adquiriu uma coloração predominantemente político-partidária, com um viés marcadamente assistencialista, sobretudo em torno da agricultura familiar, que se transformou num verdadeiro fetiche excludente de todos os outros públicos, principalmente dos pequenos agricultores que almejam progredir e ascender aos mercados.

Frequentemente, a lógica política se sobrepõe à lógica técnica, pois são inúmeros os exemplos de iniciativas equivocadas, sem qualquer viabilidade econômica. Uma reestruturação deste porte requererá excepcional energia e vontade política, mas terá muito apoio do setor privado. Temos certeza que uma Seagri reinventada, moderna, robustecida técnica e cientificamente, como uma verdadeira agência de desenvolvimento, trará um novo e promissor alento para o nosso setor. Sem um governo moderno e operoso é extremamente difícil mudar a situação no campo.

A Seagri não pode falhar nessa missão. Temos que supri-la com recursos humanos, políticos, técnicos e materiais. Tem que ser totalmente requalificada, em profundidade, com maior densidade técnica, com mais talentos, de modo a aprimorar com urgência seus padrões de eficiência e eficácia e melhorar radicalmente a qualidade dos seus serviços. A Seagri necessita acessar as mais modernas tecnologias agrícolas e desenvolver novos sistemas de gestão rural.

Ainda neste tópico, a FAESE apresenta uma proposta para que sejam criadas câmaras setoriais com a finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das principais cadeias produtivas do agronegócio sergipano. Estas poderão ser constituídas de foros de caráter consultivo, pertencentes ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de

Sergipe (CEDRS/SE), como algumas existentes atualmente. A composição destas, deve contar com representantes de produtores, consumidores, trabalhadores, entidades empresariais e organizações não governamentais, bem como de órgãos públicos relacionados aos arranjos produtivos aos quais se referem.

Câmara Setorial é o agrupamento de representantes dos organismos, órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia produtiva do agronegócio. Sua missão é constituir-se como foro para identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

Acriação das Câmaras Setoriais tem de ser um compromisso efetivo de governo, que deverá viabilizar seu funcionamento e valorizar sua produção, atendendo aos princípios do dinamismo, desenvolvimento, qualidade, segurança alimentar, competitividade e harmonia. Seu trabalho deverá estar direcionado para a harmonização das soluções e dos interesses entre todos os elos das cadeias produtivas que a compõem.

A existência das Câmaras Setoriais deverá representar mudança no ambiente institucional e possibilitar a melhor estruturação dos diferentes elos das cadeias produtivas, fomentando o diálogo organizado entre o setor privado e o setor público, a paridade e a parceria na proposição de ações e políticas. Será uma forma de favorecer o desenvolvimento equilibrado do setor e da sociedade em médio e longo prazos e possibilitar a solução de conflitos por meio da negociação, cooperação e construção do consenso possível entre as partes. Sua institucionalização representará a valorização do agronegócio e de seus componentes perante a sociedade sergipana.

# ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PESQUISA

A única verdade aceita como unanimidade no campo é que sem um bom sistema de assistência técnica nada vai mudar na realidade rural. O produtor rural continuará na ignorância do saber técnico, sendo privado ao acesso à tecnologia e a novos modelos produtivos. Beira a catástrofe produtiva o colapso do sistema de Assistência Técnica de Extensão Rural — ATER no Brasil e em Sergipe (vide a situação da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe — EMDAGRO e a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO). Tudo passa pela melhoria econômica do produtor, com o aumento da rentabilidade, que só será alcançado com a introdução de tecnologias eficientes. Uma questão grave em nosso país é a diferença tecnológica entre os grandes e os pequenos produtores, que deve ser reduzida com urgência. Somente um eficiente assistência técnica pode gerar maior equidade, trazendo sustentabilidade ao setor. O governo precisa intensificar a pesquisa e a extensão pelos órgãos do Estado, com o objetivo de promover a inovação nas pequenas propriedades, considerando e estimulando a vocação agrícola de cada região.

Além de ampliar a disponibilidade da prestação de serviços de ATER, é de fundamental importância estabelecer um processo objetivo de acompanhamento e avaliação de seus resultados junto aos agricultores, atribuindo responsabilidades e premiando os agentes que conseguem melhorar o desempenho das unidades produtivas.

A assistência técnica estadual poderia ser descentralizada ou mesmo municipalizada. Não se trata de proposta de terceirização. Caberia à Emdagro a coordenação, suporte, orientação e supervisão dos trabalhos, que seriam geridos nos municípios. A formulação do programa, dentro do conceito de gestão compartilhada, se daria a partir de uma ampla discussão com a sociedade civil organizada (entidades de classe locais, sindicatos, conselhos e associações), com o setor produtivo rural e o poder público local. É preciso apoiar a restauração, revitalização e operacionalização dos conselhos municipais, local ideal para enriquecer os debates sobre a extensão rural. E, sobretudo, ajudar a capacitar melhor as Secretarias Municipais da Agricultura e de Meio Ambiente. Municipalizar a discussão da extensão rural e da assistência técnica, sem prejuízo do papel da EMDAGRO, é uma fórmula justa e viável para sair da paralisia atual.

Em paralelo, a Emdagro assumiria o papel de qualificar e, permanentemente, aperfeiçoar estes técnicos que realizarão assistência técnica nos municípios,

implementando assim, a Escola Corporativado Agro.

Existem estudos na Embrapa, baseados na análise de dezenas de milhares de estabelecimentos agrícolas. mostrando que os resultados financeiros e produtivos dependem em quase 70% da introdução de tecnologias nas propriedades; aproximadamente 20% decorrem da força de trabalho empreendedora do produtor e apenas 10% dependem do fator "terra". Só se garante rentabilidade no campo com a introdução progressiva de tecnologias mais eficientes. Daí a função primordial da assistência técnica, principal canal de acesso às tecnologias comprovadas que garantem expressivos ganhos de produtividade. Elas são, igualmente, o meio preferencial para estimular e intensificar as inovações no campo. Quase 80% dos pequenos produtores não têm qualquer acesso às mais básicas tecnologias, como adubação, inseminação, cuidados com o manejo, gestão, entre tantas outras carências gritantes. Por exemplo, o uso da informática como instrumento de gestão é praticamente inexistente. Os produtores rurais se ressentem da falta de uma base de apoio oficial que cuide de gerar e implementar inovações e novas tecnologias para a produção agrícola, acompanhando os progressos científicos do setor, que acontecem numa velocidade vertiginosa. É necessário criar uma cadeia de processos tecnológicos - pesquisa, experimentação, validação e capacitação - voltada para os principais produtos da pauta agropecuária do Estado.

Sergipe apresenta importantes carências em termos de pesquisas aplicadas às necessidades dos produtores rurais, como atestam reivindicações de setores como a cana de açúcar, fruticultura, pecuária, grãos, fibras e outros, que poderiam obter melhor produtividade se contassem com

pesquisas voltadas para a utilização de variedades adequadas às suas condições climáticas. Além disso, esses segmentos também se ressentem da descontinuidade nas ações de pesquisa.

A parceria com entidades de pesquisa, como: Embrapa, Emparn, INSA, IPA, IAC, Aprosoja, Abramilho, dentre outras, oportunizarão a identificação de pragas e tratamentos, plantas invasoras, melhoria na produtividade, descoberta de novas variedades adaptadas a nossa realidade, testes com novas culturas em nosso Estado, etc.

É essencial aprimorar e articular o funcionamento dos órgãos responsáveis pela pesquisa, inovação e sua disseminação aos agricultores como a Emdagro, e criar mecanismos que promovam a sua atuação conjunta, bem como a sua cooperação com a academia: UFS, IFS e Universidades Particulares. O Estado tem que coordenar esse processo da pesquisa agropecuária e buscar novas fontes de financiamento em articulação com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe -FAPITEC de modo que a pesquisa agropecuária tenha prioridade na aplicação de recursos, que o Estado deve direcionar para esta finalidade.

Uma vez que a Embrapa salvou o cerrado, transformando-o em uma das zonas mais produtivas do Brasil, é recomendável que o governo de Sergipe se associe a ela, emprestando pressão política para o fortalecimento de um movimento de pesquisa e disseminação de novas espécies vegetais mais resistentes à seca.

Essa pesquisa será a mola propulsora para o desenvolvimento de uma nova matriz de desenvolvimento econômico em nosso estado. Não podemos ficar à mercê das monoculturas que, em épocas de preço baixo ou frustração de safra levam a descapitalização de uma região.

# INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA aponta que os nossos custos logísticos fora da fazenda equivalem, em média, a quatro vezes os custos argentinos e norte-americanos, por causa da deficitária infraestrutura. As más condições do pavimento de rodovias brasileiras elevam em 30,5% o custo operacional do transporte de soja e milho do país, apontou pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Este item, certamente, é levado em consideração no momento da comercialização da nossa safra que, pode sofrer com a diminuição do valor final ou mesmo, não haver interesse por parte dos compradores.

A infraestrutura de Sergipe, apesar de situar-se em patamares que podem ser considerados acima da média para a Região Nordeste, está aquém das necessidades para impulsionar o crescimento esperado da agropecuária.

A malha rodoviária é formada por rodovias federais que conectam todo o Estado, bem como o integram a Bahia e Alagoas. As rodovias estaduais interligam e integram os municípios sergipanos. Devido à limitação de outros modais, as estradas são utilizadas para grandes cargas e acabam deterioradas pelo excesso de fluxo de veículos e de peso. Para o escoamento da produção agropecuária são de grande importância as estradas vicinais.

A densidade de rodovias pavimentadas em Sergipe está acima da média do Brasil e do Nordeste. A qualidade é superior à média do Nordeste, embora bastante desigual, sendo as vias federais bem melhores que as estaduais.

A agricultura irrigada é grande geradora de empregos, portanto, deve ser devidamente valorizada. Normalmente as empresas agrícolas dispõem de alguma capacidade para resistir e superar as dificuldades, mas elas não podem prescindir

de todo o apoio do estado. Poucas empresas continuam operando e gerando empregos diretos em Sergipe.

Sergipe é um estado privilegiado em recursos naturais e infraestrutura. O Platô de Neopolis e os Projetos Califórnia, Jacaré-Curituba, por exemplo, tem suas áreas 100% energizadas e disponibilidade de recursos hídricos, mas poucas áreas em produção efetiva. A subutilização do seu potencial é consequência da ineficácia do governo em buscar empresas e empreendimentos para se instalarem no estado, exercerem suas atividades e gerarem emprego e riquezas em solo sergipano.

A implantação de um projeto de irrigação, no município de Carira ampliaria ainda mais esse potencial produtivo no Estado. Com solos férteis e disponibilidade de água superficial, oriundas de uma derivação do Canal Xingó, reuniria as condições para desenvolver em maior escala a produção de culturas alimentares como soja e feijão, fruticultura, piscicultura, apicultura, caprino e ovinocultura.

Em recente estudo desta Federação, o nordeste brasileiro é deficitário na produção de milho, necessitando a aquisição por parte da Conab para a venda em balção aos pequenos produtores, principalmente, os da agricultura familiar. Há muitos anos, os armazéns da Conab no nordeste brasileiro vêm sendo abastecidos, de milho em grãos, pelo estado de Mato Grosso, A superintendência daquele estado faz aquisição a preços mínimos estabelecidos por portaria e, em momentos de crise em outros estados, fazem a transferência. Somente nos últimos 5 anos, os estado de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte receberam juntos 440 mil toneladas, sendo 9 mil apenas para o Estado de Sergipe

Infelizmente, os dados dos armazéns cadastrados na CONAB de Sergipe apontam para a existência de 01 unidade própria com uma capacidade estática de 3,2 mil toneladas. Atualmente não existe previsão de construção de novas estruturas de armazenagem, apesar da necessidade em pontos estratégicos, principalmente de estruturas de milho em grãos. Importante frisar que o armazém de Nossa Senhora da Glória encontra-se fechado sendo, extremamente, prejudicial aos pequenos produtores do alto sertão sergipano que ficam impedidos de adquirir o grão através do programa venda direta em balcão.

Anos severos de estiagem e pouca chuva promoveram o desabastecimento das propriedades e a grande diminuição de volumes nos principais reservatórios de água de chuva no Estado. Para aumentar a capacidade hídrica dos reservatórios na região do agreste e alto sertão pode ser feito a construção de grandes reservatórios e o desassoreamento dos pequenos e médios, devendo esta ação ser desenvolvida sob o amparo de estudos e licenciamentos, de forma articulada, para que o material retirado seja destinando para a indústria ceramista.

Neste cenário de crescente uso dos recursos hídricos é preciso promover a elaboração participativa de planos de gestão de águas para cada uma das microbacias do Estado. Esta temática não pode se restringir a escalas maiores, sendo necessário que no âmbito local, os agricultores e suas representações tenham clareza dos mananciais e estrutura de armazenamento, disponibilidades e necessidades. O conhecimento da malha hídrica local de açudes, poços, dessalinizadores e outras fontes e suas condições é bem importante, considerando o abastecimento das populações rurais e a produção animal. Quando não se tem um plano de gestão hídrica especifico da microbacia, a comunidade fica vulnerável, sem instrumentos de ação para um momento de crise.

# ATRAÇÃO DE NOVAS AGROINDÚSTRIAS E EMPRESAS INTEGRADAS

Todos os produtores, sem exceção, fazem menção à necessidade urgente de instalação de agroindústrias, como forma de viabilizar e profissionalizar as cadeias produtivas nos diversos territórios de Sergipe. Existe um verdadeiro consenso de que somente por intermédio do desenvolvimento da agroindústria é que nosso estado poderá dar um grande salto na qualidade e quantidade dos seus produtos, criando mercados consistentes e remunerando melhor o produtor rural.

É estratégico fortalecer, onde for possível, a verticalização da nossa produção, agregando-lhe mais valor, associada a um bom suporte nas áreas de inovação e tecnologia. São as agroindústrias que estruturam toda a rede, toda a cadeia, aportando tecnologia aos produtores. É a melhor forma de se disseminar novas tecnologias. Consequentemente, esse setor precisa, com urgência, de um novo status dentro do governo para superar esse grande desperdício de riquezas. Vale lembrar que a agregação de valor às commodities traz também a previsibilidade na gestão, estabilidade na oferta de produtos, redução de perdas e, o que mais interessa, ajuda a melhorar substancialmente a arrecadação tributária.

É impressionante a resistência de determinadas pessoas e órgãos a regulamentação do Queijo Artesanal. Vários estados já aprovaram legislação e, logo em

seguida a regulamentação. Em recente evento, o presidente Michel Temer, provou e aprovou vários queijos artesanais. Logo em seguida, sancionou a lei 13.680/2018 que garante a produção e comercialização em todo o país. Pela nova lei, os produtos passam a ser identificados em todo o País a partir de selos com a inscrição "Arte", que serão concedidos pelos órgãos de saúde pública em cada estado. Por se tratarem de pequenos e médios produtores, as exigências de registro serão adequadas às dimensões de cada empreendimento, e os procedimentos deverão ser simplificados. Essa é a efetiva participação do governo no processo de verticalização da produção e garantia agregação de valor ao produto original.

Outro exemplo é o fomento a implantação de integrações ligadas a aves, suínos, pecuária de leite e ovinocultura, aproveitando-se a disponibilidade de grãos ou atrair empresas beneficiadoras dessas commodities, instalando-as nos distritos industriais e atraindo grandes empresas internacionais para adensar o complexo soja/milho/algodão (futuro próximo). Quando o agronegócio chega com o processamento industrial, o crescimento econômico vem atrás.

No caso do nosso semiárido, conhecido por ser um dos mais populosos do planeta, situação que se traduz em dezenas de milhares de propriedades, em geral de pequeníssima extensão de terra e baixo potencial produtivo, uma das poucas m a n e i r a s d e s e a l a v a n c a r o desenvolvimento regional é promovendo uma inteligente integração da agropecuária com a indústria, valorizando as cadeias produtivas ali existentes, centradas em frigoríficos e laticínios, além de outras, ligadas à agricultura, aquicultura e apicultura.

Um programa desse porte pode integrar aos mercados os pequenos produtores e a agricultura familiar, a exemplo das experiências da Avipal, na Bahia, e da Sadia e da Perdigão, no sul do país, constituindo-se numa das raras

possibilidades para tornar a região próspera e competitiva. As empresas-âncora geralmente trazem consigo assistência técnica, pois promovem a introdução de tecnologias e de novos sistemas de financiamento à produção e melhoram os gargalos de logística, ou seja, os produtores a elas associados ganham condições de se modernizar mais rapidamente.





Que capital humano Sergipe vai precisar nos próximos 10 ou 20 anos? A maioria dos produtores e empregados no campo prima por uma baixa qualificação profissional. Será uma necessidade fundamental a realização massiva de treinamentos e qualificação dos recursos humanos da área rural, tendo em vista as mudanças recentes nos processos produtivos, com a gradual absorção de novas tecnologias, como a crescente mecanização de pequeno porte, as novas modalidades de plantio, a introdução da informática e de novos instrumentos de automação.

Daí a necessidade imperiosa de um forte incremento da capacitação profissional de ponta que permita a introdução de modelos adequados para produzir e gerenciar as propriedades, evidentemente, acompanhada pela melhoria da educação formal. Por essa razão, não podemos esquecer que, para massificar o ensino profissionalizante, vamos precisar de uma rede de Polos de Ensino por todo interior.

Precisamos de políticas educacionais específicas para o setor rural; de escolas melhores e mais bem equipadas, sobretudo as técnicas; de professores mais qualificados; de currículos contextualizados, capazes de promover uma educação de ponta e de um bom transporte escolar.

O governo pode criar medidas de apoio à educação profissionalizante integrada às



cadeias produtivas das diversas regiões, principalmente para pequenos produtores, de forma a gerar empregabilidade dos egressos, ajudando, consequentemente, a fixar o homem no campo, evitando a migração de jovens para os grandes centros urbanos.

Muito já se avançou com o surgimento do Campus da Universidade Federal de Sergipe, em Nossa Senhora da Glória. A interiorização dos cursos de ciências agrárias foi extremamente benéfica às novas gerações. Ele vem se somar à rede do Instituto Federal de Sergipe e às escolas agrícolas (estaduais e municipais) mas, podemos dizer que já é suficiente?

A prioridade absoluta deveria ser preparar os jovens e adolescentes, a faixa etária mais susceptível de abandonar o campo. Somente empregos bem qualificados, com melhores salários, com uso de ferramentas mais modernas, envolvendo tecnologia de informação, mecanização, automação, gestão, entre outros, são capazes de atrair o interesse dos jovens e retê-los nas zonas rurais. Escolas de tempo integral, de alternância ou agrotécnicas, são muitas das alternativas e modelos educacionais que podem ser experimentados em Sergipe, com apoio dos governos estadual e municipais. Outra prioridade será uma reforma curricular, incluindo conteúdos que fortaleçam os valores do campo. Os livros didáticos muitas vezes só trazem uma visão bucólica ou alienada da vida rural.

Finalmente, ao promover uma maior integração entre as ações governamentais de educação com as necessidades práticas do setor produtivo, o governo sergipano poderia intensificar parcerias com o setor privado, a exemplo do que fez o governo federal com a ampliação do Pronatec. Nesse sentido, o SENAR Sergipe está perfeitamente habilitado, com uma experiência exitosa de 25 anos, a ser um parceiro preferencial das ações do futuro governo no campo do ensino profissionalizante.

# O SEMIÁRIDO O SEMIÁRIDO

Sucessivas secas, desde o ano de 2012, trouxeram prejuízos que chegam à casa dos milhões de reais, mostrou cabalmente a fragilidade e o abandono secular dessa vasta região que corresponde a quase 50% do território sergipano, onde vivem aproximadamente 500 mil pessoas, em 29 municípios. Elas revelam, sobretudo, as fortes interfaces entre os três setores econômicos, pois todos sofreram perdas expressivas. Na grande maioria dos nossos municípios, o comércio e os serviços giram em torno da agricultura. Se ela entra em colapso por conta de uma estiagem severa, a crise leva o resto a reboque, afetando duramente a indústria, o comércio e os serviços, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

O semiárido possui os piores indicadores sociais do Brasil, marcado pelo atraso, pelo analfabetismo e pela pobreza, quando ele poderia ser um produtivo celeiro de alimentos, como acontece com inúmeras regiões semiáridas do planeta, a exemplo de Israel, Chile, Espanha, dentre outros.

Sendo a escassez de água o problema crítico número um do semiárido, a indispensável reservação deve ser pensada sinergicamente em todos seus desdobramentos produtivos: abastecimento humano, pecuária, agricultura, piscicultura e irrigação.

Alem das tradicionais reservas hídricas, como açudes, barragens, tanques, dentre outras, inúmeras alternativas de baixo custo e alta resolutividade devem ser difundidas em nosso semiárido. Técnicas como o reuso de águas cinza (esgoto doméstico), reuso de água de sala de ordenha, barragens subterrâneas, dentre outras. Esta reservação tem a finalidade de ser utilizada para a produção de forragens ou palma para a alimentação dos rebanhos.

Além disso, a produção de alimentos para a pecuária poderia ser objeto de incentivos governamentais, tais como a produção e o comércio de forragem e de alimentos (volumosos) para o rebanho, como fenação, silagem, fornecimento de palma e de outras espécies vegetais nativas ou não. Existem vários modelos ou Unidades Demonstrativas espalhadas pelo Brasil. Elas servem de vitrine para multiplicação do conhecimento de novas e bem sucedidas praticas de produção.

A pecuária está disseminada em todas as regiões do Estado mas, é na região do semiárido onde encontra-se o maior numero de produtores e volume de produção. A caracterização principal é baixa produtividade e sem relevância no valor agregado em comparação com outras atividades. Por outro lado, sua importância reside no fato de responder por 82% da ocupação da mão de obra do setor.

A produção de leite reduziu significativamente nos últimos anos, saindo de um patamar de 800 mil litros para 600 mil diários. Esta queda verificada deuse, sobretudo, devido à redução do rebanho sob efeito da seca que atingiu o Estado, e pela oferta excessiva de produto de outras regiões do País.

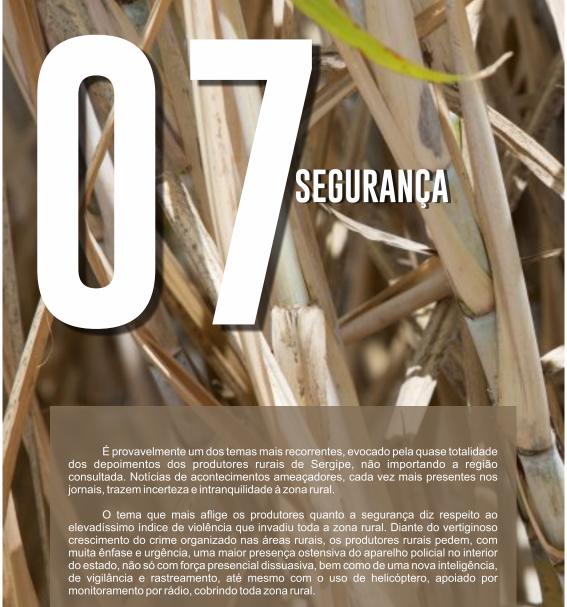
A pecuária de leite como a atividade que mais emprega na região precisa se profissionalizar para atingir seu potencial. As principais propostas para o próximo governo visam obter o seu engajamento numa ação estratégica que promova a retomada do vigor econômico da pecuária e maiores volumes de produção.

Um programa de fortalecimento da agropecuária deverá fomentar a recomposição do rebanho, ampliar a disponibilidade de água e alimentos, implantar o Programa do Leite, melhorar a assistência técnica e extensão rural, promover a articulação com entidades como a FAESE, SENAR, SEBRAE, etc., sem prescindir de mecanismos de garantia de renda ao produtor, principalmente via criação e fortalecimento do mercado.

Como o rebanho teve significativa redução em Sergipe em razão da seca, é importante trabalhar sua recomposição. As estratégias para isso devem ser múltiplas, contemplando crédito, ampliação e fortalecimento do mercado, assistência técnica e suporte alimentar e hídrico.

Inicialmente deve ser estimulada a produção de volumoso mediante a disseminação de técnicas de fenação e silagem. Importante também será recuperar os campos de palma e avançar nas pesquisas sobre plantas nativas, variedades mais resistentes ao clima semiárido.





uma ocorrência ou ronda na zona rural?

A grande maioria dos municípios dispõem de apenas dois policiais para o policiamento extensivo. Como assegurar que os mesmos estejam em condição de ir a

Diante deste quadro, observamos que uma parcela importante da sociedade brasileira — os produtores e os trabalhadores rurais — está esquecida no seu direito básico e fundamental à segurança. Esse quadro de omissões e de confusão quanto às atribuições legais dos poderes constituídos tem servido de combustível para o crescimento e o avanço da criminalidade a partir dos grandes centros urbanos, invadindo as cidades médias e pequenas e acabando com a paz do trabalhador do campo. Tudo isso é lastreado pela disseminação das drogas ilícitas e no poderio bélico dos criminosos. Pode-se admitir que o avanço do emprego da tecnologia no campo brasileiro, virtude fundamental para a contribuição do Setor Agropecuário à economia do país, paradoxalmente chama a atenção dos criminosos. Máquinas, equipamentos, produtos e insumos de alto valor agregado têm atraído a cobiça de marginais. Quadrilhas especializadas atuam em busca desses itens e trazem insegurança e prejuízos econômicos aos produtores e trabalhadores rurais.

Assim, a outrora vida tranquila no campo fica cada vez mais restrita às músicas e à literatura antiga e ao folclore brasileiro. As sucessivas notícias do aumento de crimes no meio rural têm trazido medo e pânico aos produtores rurais. O pior é que apenas quem tem sofrido a violência no meio rural é que sabe da sua existência, pois o restante da sociedade brasileira praticamente ignora o surgimento desse fenômeno na vida do homem do campo. Não existem dados, nem dimensão do problema.

Ninguém tem mais a tranquilidade de armazenar insumos, guardar máquinas ou manter dinheiro nas propriedades. Inúmeros roubos de veículo nas estradas vicinais que dão acesso às propriedades, invasões de propriedades para roubo, roubo de animais, etc. São roubos, furtos e

agora, já não satisfeitos, praticam sequestros com a intenção de levar os veículos ou fugirem com "escudos" humanos.

Vários produtores rurais estão reféns desta situação. São pessoas que hoje não podem criar rotinas, devem ter caminhos alternativos, não podem dormir nas propriedades e, sob hipótese alguma podem andar com recursos financeiros.

Falamos dos homens e mulheres que apostam suas economias e patrimônio na produção de alimentos e na geração de empregos e renda. Mas, não podemos esquecer dos nossos colaboradores. A efetiva mão de obra do campo. Os homens que levantam cedo para trabalhar e saem de casa entregando sua família a sua própria sorte. Esposas e filhas totalmente desprotegidas. Quando chega a noite, o problema se repete. Ficam entregues na mão de Deus pois, o efetivo policial é diminuto, por vezes sem condições de atender a chamadas pois, as unidades possuem apenas dois homens e sem veículo. Se saírem, os homens custodiados ao estado ficam sozinhos, e se não saem, os cidadãos de bem, desprotegidos.

Precisamos de ação coercitiva da Policia Militar. São estes homens que garantem o sossego e a tranquilidade da sociedade. O que buscamos é policiamento ostensivo. São rondas, blitz, abordagens, dentre outras ações.





aproveitamento, uso racional e recuperação do meio ambiente, bem como pela fiscalização do cumprimento das normas de proteção, controle, utilização e recuperação dos recursos ambientais.

Os produtores e empreendedores que precisam obter licenciamento ambiental padecem, ao enfrentar uma verdadeira via crucis lenta e irracional, que impõe custos e prazos incompatíveis com as exigências das atividades empresariais. Dentre as mencionadas causas para que ocorram tantos problemas na concessão do licenciamento ambiental está a gênese do órgão pelo fato da maior parte do corpo funcional estar constituída por funcionários terceirizados, fazendo seu quadro funcional pouco preparado para as atividades de regulação e fiscalização.

A proposta da FAESE é que Sergipe siga a tendência moderna de realização de cadastros declaratórios, com renovação automática e sujeição a fiscalização. O processo de concessão dos licenciamentos deve ser regulamentado quanto ao cumprimento de prazos e diligências por parte dos analistas e pareceristas encarregados

dos processos, coibindo a excessiva demora e a sobreposição e sucessão de diligências que procrastinam a emissão de um parecer final sobre a solicitação. O maior disciplinamento da tramitação do processo deve contribuir para a transparência, a minimização das possibilidades de corrupção e a criação de um ambiente mais favorável aos investimentos produtivos.

Em 2017, apenas R\$ 792 mil reais, ou 0,18% do montante de recursos das operações de credito rural, em Sergipe, foram destinados aos produtores de aquicultura. Essa baixa participação dos bancos no financiamento da aquicultura é uma situação que inibe o desenvolvimento da atividade. Essa escassez de recursos é também resultado da baixa regularização ambiental do setor.

O licenciamento ambiental é o principal gargalo para a atividade. Na atual conjuntura não consegue sequer, manter o licenciamento dos empreendimentos que já o possuíam. A dificuldade na obtenção desse documento tem inibido a instalação e funcionamento de outras unidades.

As dificuldades de licenciamento para o setor não se devem apenas à predominância da visão ambientalista de muitos integrantes do órgão, mas também devido ao despreparo de seus quadros para fiscalizar atividades econômicas. É preciso mudar essa situação, simplificar e desburocratizar a sua concessão. Para isso será fundamental estabelecer o diálogo entre os representantes do setor, a ADEMA e a Seagri.

A visão da atividade como prejudicial ao meio ambiente limita as possibilidades de acesso aos recursos e às linhas de financiamento existentes, tanto para investimento como para o custeio da atividade. A proposta é que, para superar as dificuldades atuais, seja analisada a proposta de criação de um fundo de aval, estabelecendo a articulação com agentes

financeiros como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Estado de Sergipe-Banese e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES para a criação de uma linha de crédito especifica, adequada às necessidades do setor.

A Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMA sobre a queima da palha é de cumprimento inviável pelo setor, por incapacidade da fiscalização da ADEMA atuar nos prazos que a atividade exige e pelo excesso de burocracia, nada visto em outros Estados.

Para evitar a expedição de regulamentações dessa forma, é imprescindível que o setor produtivo da agricultura disponha de um assento no CEMA, participando dos processos de tomada de decisão. Para assegurar a representatividade dos produtores nas instâncias colegiadas do Estado é fundamental que a FAESE tenha este assento no Conselho. A questão da participação no CEMA é estratégica para a agropecuária sergipana. Este órgão, que em muitos casos atua na regulamentação de atividades para o setor produtivo, não conta com um representante da agricultura entre os seus integrantes. Esta omissão de representação é por demais danosa ao setor, que muitas vezes se vê obrigado a seguir determinações para as quais não pode contribuir na formulação.



A grande prioridade do futuro governo será prover os pequenos e médios produtores, na grande maioria de gestão familiar, de uma assistência técnica regular e contínua, levando inovação e tecnologias às pequenas propriedades, dentro de uma visão voltada para a profissionalização. A agricultura familiar não é um peso ou um problema, como muitos são levados a pensar apressadamente. Não, ela representa uma grande oportunidade.

É necessário incorporar os pequenos produtores e a agricultura familiar aos mercados. Apesar do recente trabalho social de apoio à agricultura familiar ser digno dos maiores elogios, com a implantação de cisternas, sistemas de energia e outros benefícios, também não é mais viável limitar-se exclusivamente a um tipo de atenção marcada por traços de um arcaico assistencialismo, que só lida com os pequenos produtores através de políticas compensatórias ou quando vislumbra apenas garantir uma subsistência digna, com alguma segurança alimentar. Também, quando a única perspectiva de mercado resume-se às compras governamentais (merenda escolar e Conab), que representam a única oportunidade de suporte aos pequenos produtores que vivem distantes dos mecanismos de mercado ou, no máximo, nos casos mais avançados, às formas de economia solidária ou comércio justo.

É sumamente importante continuar a apoiar o que se faz nessa linha, mesmo sabendo que, se essa fórmula garante um presente, ela não consegue criar

expectativas de futuro aos pequenos produtores. É preciso também agregar valor à agricultura familiar, objetivando sua inclusão sustentável na economia de mercado. A agricultura familiar deve sair da era da enxada e evoluir, incorporando as modernas tecnologias do campo.

As cadeias agroprodutivas irão ser as articuladoras de atividades produtivas entre a agricultura familiar, a produção dos assentamentos e os grandes produtores e seus clusters. É perfeitamente possível intensificar e desenvolver parcerias público-privadas para fortalecer os principais setores da produção agropecuária familiar (leite, mel, fruticultura, aves, pescado e caprinos, entre outros), integrando-os em empreendimentos agroindustriais de pequeno porte ou em cooperativas de produção.

Ao contrário do que preconizam algumas vozes, a agricultura familiar não necessita de uma secretaria específica, pois já as temos em número excessivo em Sergipe. O governo precisa abarcar simultaneamente em sua visão a agricultura familiar e a agricultura empresarial e tratar de incorporar todos os produtores nessas cadeias agroprodutivas. Grandes, médios e pequenos, todos são produtores rurais. A Seagri tem a obrigação de sustentar um olhar atento que compreenda os pequenos, médios e grandes produtores e apoiar a produção individual, coletiva e empresarial voltadas ao agronegócio.

O governo deveria rever inteiramente a lógica de alguns programas que estão em curso há mais de 10 anos e checar seus resultados. São aqueles destinados a construção de unidades de processamento em torno de pequenas associações, aquisição de animais, bens e equipamentos para a c o n d u ç ã o d o s p e q u e n o s

empreendimentos, financiados com recursos internacionais, mas que geralmente acabam obedecendo a interesses políticos aleatórios, sem nenhuma aderência à realidade econômica local.

O governo deve fazer muito mais. É necessário que comece a pensar a questão da agricultura em uma dimensão maior, profissionalizada, pois ela é base de vários outros sistemas produtivos. Será preciso ampliar o menu com novas ideias que permitam visualizar claramente a agricultura como uma articuladora de processos intersetoriais complexos, que ultrapassam significativamente as atividades de produção e comercialização de produtos agropecuários.

Com essa explosão tecnológica que sacode o mundo e que cresce a taxas exponenciais, a economia de Sergipe pode abrir-se para novas oportunidades. O governo pode romper com uma postura tradicional, levando uma mensagem altamente progressista às zonas rurais de todos os quadrantes, criando expectativas positivas e mobilizando o "imaginário convocante" dos produtores rurais. Uma meta maior para Sergipe, longamente acalentada, é torna-lo autossuficiente em todos os principais produtos agrícolas.

# FUMENTO DA AGROPECUÁRIA E GOVERNANÇA

A retomada do crescimento agropecuário sergipano passa pela definição clara de uma agenda de compromissos em relação a temas e cadeias centrais, as quais definimos como as principais: Pecuária — bovinocultura de leite, corte, ovinocaprinocultura, aquicultura, apicultura, dentre outros; Agricultura: Citricultura, cana de açúcar, cultura de grãos (milho, feijão, soja, arroz, etc), fibras (algodão), mandioca, fruticultura (sequeiro e irrigada), dentre outras.

A interiorização da aquicultura pode representar uma alternativa para a ocupação de áreas degradadas. É possível projetar o crescimento da produção no Estado, a partir do equacionamento da questão da concessão do licenciamento ambiental, tanto pela ocupação de novas áreas, quanto pelo incremento da produtividade. Para isso seria importante contar com assistência técnica que atualmente é quase 100% privada. Outro elemento para impulsionar a atividade seria contar com uma integradora, capaz de fornecer insumos e tecnologia, dentre outros elementos importantes para a atividade com perspectiva para construção de uma indústria de processamento com capacidade de exportação.

A pecuária de corte não tem grande significado econômico, apesar do Estado ser um produtor de genética de qualidade. Um dos caminhos para seu desenvolvimento está na organização da cadeia produtiva, mediante a adequação do funcionamento e gestão dos matadouros municipais, bem como a atração de frigoríficos industriais.

A ovinocaprinocultura no Estado se caracteriza como certo "extrativismo controlado", condição na qual é possível que cada matriz tenha um parto por ano, condicionando sua produtividade à adaptação dos sistemas produtivos ao bioma local. Constitui-se, em geral, na atividade secundária dos produtores, que tem como pontos fortes a boa aceitação, o preço mais alto em relação a outras carnes e a resistência do animal à seca. Para sua viabilização é necessário volume de produção, constância de fornecimento, e o desenvolvimento de canais de comercialização.

No Estado há também criação de alta tecnologia, centrada na seleção de matrizes, voltada para a realização de três partos em dois anos, e o abate de animais precoces com 90 dias de vida e 30 kg de peso médio. Nestas condições, o módulo para ter viabilidade econômica só acontece em médios e grandes criatórios, o que torna restrita a adoção desse sistema de produção.

O Programa do Leite deve ser implementado de modo a se constituir como elemento indutor do desenvolvimento da pecuária. Este exemplo é possível de ser visto em estados como: Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A sugestão é que o programa tenha um funcionamento adequado, com regras claras, garantindo segurança e renda ao produtor.

O setor de laticínios se caracteriza pela alta informalidade e por processos de produção pouco elaborados. O governo deve estimular ações de apoio ao desenvolvimento das queijarias e sua regulamentação, principalmente, com o financiamento de novas estruturas, adequadas aos padrões da legislação, potencializando este segmento e estimulando seu crescimento com qualidade. Deve ser fomentada a capacitação das queijeiras para atuar tanto

no atacado, como nas vendas para o segmento varejista e para o mercado institucional (Alimentação Escolar, Compra Direta e outros).

O governo deve criar mecanismos de apoio ao escoamento da produção estadual de leite e derivados. Os produtos locais deverão ter alíquotas menores em relação aos produtos que vêm de outros Estados. Também deverá ocorrer a atualização dos valores da pauta de tributação para a entrada dos derivados de leite de outros Estados.

É importante que, a partir da restauração da bacia leiteira, seja criado um ambiente favorável para a atração de nova(s) usina(s) de processamento de leite de médio porte no Estado, inclusive uma unidade voltada para leite de cabra.

No plano nacional a situação do setor sucroalcooleiro é de crise, desde que foi iniciado o processo de subsídio ao preço da gasolina. O governo federal editou um pacote de medidas para o setor. visando minimizar o impacto dos problemas, que, contudo, não foram equacionados, como indica o expressivo número de usinas que fecharam suas unidades. Em Sergipe, o cenário de crise foi agravado com as duas secas consecutivas. O setor que tradicionalmente processa cerca de 2.5 milhões de toneladas de cana reduziu esse montante para algo em torno de um milhão e oitocentas mil toneladas.

Diante destes fatos, é preciso considerar que o setor, apesar de sua importância para o estado, não tem capacidade de resolver sua situação sem contar com o apoio do governo. Esse apoio ocorre de modo importante em outros Estados do Nordeste como Pernambuco, mediante a realização de programas como o Terra Pronta, voltados para a obtenção de ganhos de produtividade do setor, considerando a importância da cadeia produtiva da cana-

de-açúcar na geração de emprego, renda e tributos, uma vez que o setor opera totalmente legalizado. Contando com suporte similar é possível ter em perspectiva a recuperação do setor em Sergipe num horizonte entre quatro e cinco anos.

Ações como a implementação de um programa voltado para a melhoria da produtividade da cana por área cultivada mediante o emprego de tecnologia e fertilizantes para os pequenos produtores (nos moldes do Terra Pronta realizado em Pernambuco). A Emdagro poderia participar de modo a auxiliar na disseminação de inovações, as quais o setor não tem acesso sem o apoio de uma entidade pública.

O que falar da rizicultura sergipana? Triste realidade dos pequenos produtores que vivem à margem das políticas publicas concretas Produtores endividados, sem credito, sem assistência e sem rumo. Vivem reféns dos atravessadores que fornecem as sementes e insumos e, levam a produção sem preço pré-definido. Podemos dizer que são empregados disfarçados de pequenos produtores. Nenhuma política, até os dias atuais, foi capaz de imaginar este cenário e vislumbrar melhorias. De nada adianta doações de colheitadeiras quando os produtores não tem seguer condição de se libertar da condição de escravidão e servidão aos seus "senhores". O arroz adquirido pela Conab em nosso estado é oriundo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A produção citrícola sergipana vem enfrentando dificuldades para manter os patamares de produção alcançados nas décadas anteriores. A baixa produtividade está associada principalmente à incidência de problemas fitossanitários, com significativos reflexos

nos custos de produção; ao nível tecnológico empregado nos pomares, a falta de investimento, e à estreita base genética das plantas. Apesar de ser um importante produtor de citros no Brasil, o estado de Sergipe apresenta considerado déficit tecnológico em todas as etapas da produção, colheita, beneficiamento e transporte: fatores que interferem na vantagem competitiva da comercialização. Há um consenso entres os agentes da cadeia citrícola do estado, de que um dos principais desafios da citricultura sergipana é a diversificação de variedades copas e porta-enxertos, dado à fragilidade fitotécnica que representa tal concentração. De uma maneira geral, os produtores atribuem o baixo investimento na cultura em função dos preços pagos pela fruta.

Vários programas de revitalização da cultura já foram propostos e, todos fracassaram. Devemos imaginar duas situações: Viabilidade Econômica em pequenos empreendimentos e commodities. Para o primeiro, afirmamos que os pequenos produtores devem buscar outras culturas, de menor investimento e maior regularidade em produção, tais como: acerola, maracujá, abacaxi, etc. No caso do segundo, deve-se buscar alternativas para a não dependência da indústria esmagadora de laranja com a abertura de novos canais de comercialização, substituição e diversificação para variedades tipo mesa, ou mesmo substituição por limão e tangerina.

Governança é uma palavra da moda, mas reflete uma necessidade democrática muito específica dos dias atuais: a interlocução com o setor produtivo, que se dá ouvindo a opinião dos empresários. O governo em geral, com honrosas exceções, ainda é relativamente impermeável às opiniões, críticas e conselhos do setor privado, mesmo quando participante de fóruns de cogestão

de políticas públicas. O setor produtivo está inteiramente preparado para um grande debate de ideias. Todos podem e devem participar e influenciar diretamente o debate público, tratando de forma integrada o planejamento das ações.

É fundamental uma articulação entre o setor púbico e o privado. É hora de repensar tudo com reformas profundas, momento de quebrar paradigmas ultrapassados.

Entramos definitivamente na era da governança, das parcerias, do alinhamento de posições. A administração estadual deve aproximar-se das forças vivas da comunidade se quiser mudar alguma coisa. Acabou-se a era do "comando e controle", e começou a era de energização da cidadania, dos grupos sociais, das localidades. Infelizmente, ainda hoje o governo trabalha com muitos parceiros, com muitas instituições, mas em ações quase sempre desconectadas.

Torna-se necessário focar mais e privilegiar a convergência de todos os projetos da agricultura. Os produtores nunca fizeram parte da concepção das políticas públicas do Estado. Não se trata só de ouvi-los, mas de convocá-los para o exercício efetivo da governança. O governo ganharia muito escutando mais a iniciativa privada, criando uma ouvidoria específica para esse diálogo, que funcionaria como uma caixa de ressonância das vozes do setor.

A governança deve ser exercitada especialmente nas câmaras setoriais e temáticas, contemplando também todos os espaços públicos, criados pelo governo do estado, que necessitam ser aperfeiçoados e ter mais autonomia para serem mais representativos, dinâmicos, participativos e operacionais.

# O QUE ESPERAMOS DO PRÓXIMO GOVERNO

## (2019-2022)

- Reconhecimento da importância da agropecuária para o desenvolvimento do Estado, sobretudo, na geração de ocupação e renda e no desenvolvimento da economia dos municípios;
- A abertura de canais de diálogo permanentes entre o governo e o setor, de modo que este possa ser ouvido na construção de propostas de políticas públicas;
- Disposição e vontade política para implantar medidas pelo crescimento da agropecuária sergipana.



#### SECRETARIA DA AGRICULTURA

- Implantação da Governança (metas, objetivos, etc)
- Criação de Departamentos: Agronegócio e Agricultura Familiar com o objetivo de traçarem políticas especificas para cada segmento.
- Elaboração de projetos estruturantes, de possível execução e com resultados impactantes.
- Reestruturação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Sergipe (CEDRS/SE) com a inclusão de entidades representativas, pesquisadoras e fomentadoras do agro e a exclusão de entidades sem representatividade.
- Criação das câmaras setoriais para os principais segmentos da agropecuária sergipana, com representação dos verdadeiros representantes da cadeia produtiva.
- Criação e fomento do Colégio Permanente dos Secretários Municipais de Agricultura.
- Desoneração dos Conselhos Administrativos e Fiscal da Emdagro e Cohidro que representam uma economia de, aproximadamente, R\$ 500 mil/ano, somente com pagamento de jetons.
- Desmembramento do sistema de Defesa Agropecuária da Emdagro para a criação de um órgão independente sendo este, responsável pela condução da política de Defesa e Inspeção Vegetal e Animal, como ocorre, atualmente, em 23 estados da Federação.

# ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PESQUISA

- Promover um Programa de Demissão Voluntária PDV na Emdagro e Cohidro para desoneração da folha de pagamento.
- Extinção da Cohidro e transformação em Diretoria de Irrigação no organograma da Emdagro (permanecendo com o orçamento próprio).
- Municipalização da assistência técnica sob o comando da Emdagro.
- Criação de uma sistemática objetiva de acompanhamento e avaliação da ATER, com bonificação pelo desempenho (meritocracia).
- Realização de pesquisas com instituições de ensino e pesquisa, tais como: Embrapa, INSA, IPA, Emparn, IAC, Abramilho, Aprojosa, dentre outras para o aprimoramento das nossas culturas tradicionais (maracujá, goiaba, acerola, abacaxi, soja, peixes, etc).
- Estruturação de um sistema de pesquisa agropecuária no Estado, com articulação entre diferentes instituições, busca de mecanismos permanentes de financiamento e disseminação de tecnologia e inovação aos agricultores.
- Busca de uma Parceria Publico Privada PPP para a condução da Biofabrica instalada no Sergipe ParqueTec.
- Ampliação do sistema de Guia de Transporte Animal Eletrônica (e-GTA),

inclusive através de aplicativo.

- Aumento do controle nas barreiras sanitárias nas divisas.
- Estruturação do Centro de Meteorologia de Sergipe com modernização e ampliação dos equipamentos, inclusive com contratação de novos profissionais.
- Pesquisa articulada com as demandas do setor produtivo e validada do ponto de vista econômico.

### INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Recuperação da malha rodoviária estadual que, em determinadas regiões, encontra-se em péssimas condições de trafego.
- Manutenção preventiva das rodovias estaduais (asfalto e vicinais), com o estabelecimento de um calendário que se antecipe ao escoamento das safras.
- Criação de um programa de melhoria das estradas vicinais, mediante a cooperação do Estado com os municípios (que estão bem equipados com o maquinário).
- Programa de melhoria na eletrificação rural. Muitas localidades foram atendidas pelo programa Luz para Todos e, hoje, transformaram-se em empreendimentos que necessitam de aumento de carga para instalação de equipamentos.
- Articulação política junto ao Governo Federal para garantia da implantação do canal Xingó.
- Recursos para Ampliação do canal Xingó até o município de Carira para implantação de perímetro irrigado empresarial (fruticultura).
- Programa de incentivo a produção de energia fotovoltaica (solar)
- Reaparelhamento dos perímetros irrigados
- Desocupação dos lotes improdutivos com alocação de novos produtores.
- Disponibilização de lotes nos perímetros irrigados à agricultura Empresarial
- Reabertura do Armazém da Conab no município de Nossa Senhora da Glória para beneficiamento dos produtores da região do Alto Sertão sergipano, que não encontram viabilidade para adquirir milho em grão através do programa Aquisição Direta pela Venda no Balcão, no município de Itabaiana.

## ATRAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS E EMPRESAS INTEGRADORAS

- Atrair novas agroindústrias para beneficiamento dos nossos produtos básicos (laticínios, frigoríficos, milho – etanol, dentre outras).
- Resgatar a política dos Arranjos Produtivos Locais APL para agregação de valores aos produtos oriundos da nossa agropecuária, através do beneficiamento: doces, geleias, queijos, cortes de carne, popas de fruta, beneficiamento do arroz, mandioca, pães, bolo, pesca.
- Aprovar e regulamentar legislação específica para a produção e comercialização do queijo artesanal.
- Atrair empresas integradoras de aves, suínos e ovinos para consumo dos

nossos produtos básicos (milho, soja), emprego da mão de obra familiar e agregação de valor com produtos finais.

#### CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- Parceria da Seagri com a Secretaria de Estado da Educação SEED para oferta de cursos semi-profissionalizantes aos jovens oriundos do campo, respeitando a vocação regional e trabalhando a sucessão familiar.
- Parceria com o SENAR para a qualificação dos trabalhadores e produtores rurais.
- Revitalização da Base de Centro de Treinamentos em Bovinocultura, em Riachão do Dantas, com o retorno dos cursos de Inseminação Artificial em Bovinos e ampliação do leque de cursos. A estrutura deverá servir de laboratório para pesquisas, estudos e experimentos.
- Estruturação do Escritório Regional da Emdagro, em Boquim, para implantação da Escola Corporativa do Agro em Sergipe, destinado a capacitação dos técnicos de campo da Assistência Técnica municipais, além de dotá-lo de estrutura para experimentos e pesquisa na área de fruticultura.
- Campanhas educativas sobre utilização de defensivos agrícolas (aquisição, transporte, diluição, uso da vestimenta de EPI, aplicação, tríplice lavagem e devolução). O que assistimos na atualidade é um órgão preocupado em punir os produtores em detrimento à educação.
- Trabalho junto a escolas para a consciência sobre Meio Ambiente e Proteção a Nascentes.

#### **SEMIÁRIDO**

- Construção de grandes reservatórios para captação de água da chuva e garantia de abastecimento durante o período da estiagem.
- Garantia de pontos de captação de água em barragens e/ou rios, a exemplo do rio São Francisco.
- Implantação de Unidades Demonstrativas hídricas e de forragens com o objetivo de disseminar a tecnologia e oportunizar acesso a todos que desejem.
- Criação de Alternativas da Matriz de Desenvolvimento Agrícola com a diversificação dos produtos tradicionais, como por exemplo: Turismo Rural (turismo de aventuras, trilhas ecológicas, cavernas, esportes, culinária) alimentação (doces, queijos, cordeiros, mel) ou implantação de outras culturas temporárias (soja, algodão, girassol).

### SEGURANÇA PÚBLICA

- Criação da Patrulha Rural, em todo estado, nos moldes do Pelotão de Caatinga.
- Incremento da política de atuação da Companhia de Policia Rodoviária para combate ostensivo ao crime na zona rural. Rondas nas estradas estaduais, mesmo que vicinais (sem asfalto).

- Criação de delegacias especializadas para a questão rural (furto, roubo, invasão, abigeato, etc).
- Implantação de uma unidade de inteligência de investigação específica para a zona rural. Mapear e identificar principais pontos de ocorrências e buscar soluções reais.
- Implantação de Boletim on line para os casos que ocorrem durante os finais de semana e dificultam a ida as delegacias plantonistas regionais.
- Firmar parceria entre a Secretaria de Segurança Publica SSP, a Vigilância Sanitária e a Emdagro para garantir a realização de operações (fiscalização) nas feiras livres com o objetivo de rastrear a origem das carnes expostas a venda e animais. A grande maioria dos animais subtraídos das fazendas é comercializada em feiras livres.
- Cadastro das Propriedades por referencias geodésicas GPS: objetiva a rápida localização pela Polícia Militar em ocorrências.
- Ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), da Polícia Militar.
- Aparelhamento das delegacias e aumento do efetivo no interior.

#### LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

- Participação da FAESE no Conselho Estadual de Meio Ambiente CEMA.
- Simplificação no Licenciamento da Aquicultura.
- Simplificação das licenças ambientais para os plantadores de cana e, principalmente, para a queimada e corte (adequação aos outros estados do nordeste).
- Simplificação nos processos de outorgas d'água.
- Criação de um Comitê Integrado estadual de Combate à Desertificação e a Mitigação dos Efeitos da Seca Realizar ações efetivas que possam coibir os efeitos nocivos da desertificação em toda a área do semiarido que, em breve, ficará totalmente estéril e não mais será possível produzir alimentos, nem água. Restando somente uma grande área com terras degradadas e enormes perdas, tanto econômicas quanto sociais.

#### **AGRICULTURA FAMILIAR**

- Criação dos Arranjos Produtivos Locais APL, com apoio da SEDETEC, do SEBRAE, da FETASE, do SENAR e outros parceiros, para estruturação da cadeia com planos de negócios individuais e coletivos: orientação, credito, assistência e mercado
- Incentivo a formação de cooperativas para criação de animais (aves, suínos, peixes, camarão, ovinos, etc) em regime de integração, com produção, beneficiamento e venda.
- Fomento a cultura do algodão em parceria com a indústria têxtil local que pode adquirir o produto com benefícios fiscais.
- Estímulo a produção alternativa para os perímetros, tais como produção de forragens para animais.
- Fixação de calendário para distribuição de sementes e apoio a mecanização agrícola.

- Manutenção do Programa Garantia Safra.
- Manutenção do Programa de Regularização Fundiária.
- Aquisição de terras pelos trabalhadores rurais mediante o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

## FOMENTO AO CRESCIMENTO DA AGROPECUÁRIA E GOVERNANÇA

- Criação de política fiscal e tributária para fortalecimento da cadeia produtiva local e garantia de competitividade dos nossos produtos. Caso específico da alíquota de ICMS nas operações interestaduais de milho em grãos e revisão na pauta de tributação para a entrada dos derivados de leite de outros Estados.
- Política de fomento ao Crédito Rural Articulação política para promover uma participação mais efetiva do Banco do Estado de Sergipe - Banese e da Caixa econômica Federal - CEF
- Fomentar, apoiar e participar das Exposições Agropecuárias do Estado. O Estado está ausente destes importantes eventos desde o ano de 2015.
- Articular a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA na modalidade incentivo a produção e ao consumo de leite, visando o fortalecimento da cadeia produtiva do leite por meio da geração de renda do agricultor e o abastecimento familiar com a distribuição gratuita para as unidades recebedoras e famílias inscritas no Cadunico.
- Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA com doação simultânea, através da CONAB.
- Criação de uma campanha com incentivo a consumo de Produtos do Agro sergipano, a exemplo de frutas, carne, leite e derivados, etc.
- Fomento a criação de parques aquícolas na região semiárida.
- Criação de Programa de Aquisição de animais geneticamente superiores, a exemplo do Progenetica da ABCZ, financiados pelos Bancos Oficiais.
- Criação do Programa de melhoramento dos rebanhos através de incentivo a utilização da Inseminação Artificial, financiado pelos Bancos Oficiais.
- Programa para garantia de credito rural, assistência técnica e comercialização da produção de arroz.
- Ação, perante o Governo Federal, para a criação da linha de crédito Pronamp Semiárido. Está opção já fora apontada junto ao MAPA, pela CNA, em 2017, depois de reunião aqui no Estado de Sergipe. O principal objetivo é fomentar o produtor a investir e produzir numa região que sofre constantemente pela adversidade do clima, com uma linha que segue os mesmos critérios e taxas de juros, do Pronaf.











#### SISTEMA -









CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL Federação da agricultura e pecuária do estado de sergipe Serviço nacional de aprendizagem rural